PREFEITURA DO
RECIFE

Conselho DA CIDADE DO RECIFE

Ata da 12ª Reunião Extraordinária do Conselho da Cidade do Recife

Dia 11 de outubro de 2018

Às 9h40, do dia 11 de outubro de 2018, no Auditório Capiba - Edifício Sede da Prefeitura do Recife – 15º andar (Av. Cais do Apolo, 925, Bairro do Recife, Recife/PE), reuniu-se o Conselho da Cidade do Recife para a 12ª Reunião Extraordinária, objetivando tratar da seguinte pauta: Aprovação da ata da reunião anterior, Aprovação da pauta para reunião, Conferência do Plano diretor e Informes Gerais. Após verificar o quórum com a presença de 32 conselheiros entre titulares e suplentes, Antônio Alexandre (Poder Público) declarou aberta a plenária do Conselho. Informou a pauta já divulgada anteriormente e conduziu a aprovação da ata da reunião anterior. Perguntou se algum conselheiro teria alguma sugestão para a ata disponibilizada. Cristiana Correia (CAU/PE) solicitou que as atas fossem disponibilizadas para os conselheiros com mais antecedência, sendo acatada a sugestão pelo presidente da mesa. Elka Porciúncula (SINDUSCON/PE) reforçou a importância da ata ser disponibilizada antecipadamente. Sobre a pauta da reunião, enfatizou que trata da Conferência do Plano Diretor e que se pretende com essa plenária, definir encaminhamentos sobre a sua realização. Perguntou se há sugestão sobre o ponto de pauta. Socorro Leite (HABITAT) fez uma reflexão sobre a falta de encaminhamento da Prefeitura da Cidade do Recife sobre várias questões que ainda estão pendentes, como os questionamentos ocorridos na Audiência Pública e nas Oficinas Temáticas do Plano Diretor, que ainda não foram respondidas. Ainda questionou sobre a finalização do Diagnóstico que ainda não foi disponibilizado. Gostaria de saber qual o momento que as propostas serão discutidas, pois avalia que as oficinas temáticas foram insuficientes. Avalia que o Conselho deve se posicionar sobre esse processo, considerando inclusive, o momento político que o Brasil está passando. Acredita que a participação da população nas Audiências Públicas Regionais será reduzida porque ocorrerá um dia após o segundo turno da eleição presidencial. Sônia Pereira (APEC) comentou que a questão da mobilidade não é discutida adequadamente, principalmente o que ocorre na Avenida Conde da Boa Vista. Alegou que é complicado para o portador de deficiência física pegar ônibus. Ressaltou que o consorcio não contribui para as melhorias devidas. Sobre a ata, sugeriu que seja lida em plenária. Antônio Alexandre (Poder Público) considerou que o processo está sendo continuado e que ocorrerão as oficinas por segmento, onde haverão oportunidades para discutir o caderno de propostas. Lembrou que as etapas do processo são conhecidas por todos, sendo aprovadas pelo Conselho. Sobre o Diagnóstico, quando for revisado, será publicado. Informou que no próximo sábado será publicado o caderno de proposta (preliminar) para conhecimento de todos os integrantes do conselheiro. Enfatizou que as etapas estão sendo cumpridas e que de acordo com o cronograma, a Conferência será realizada após o segundo turno da eleição presidencial. Sugeriu que se discuta a pauta sobre as regras de participação da Conferência e que depois pode-se se avaliar o processo para definir encaminhamentos. Socorro Leite (HABITAT) concordou com a sugestão, desde que seja discutido antes do ponto de pauta inicialmente apresentado. Antônio Alexandre (Poder Público) perguntou se há alguma sugestão sobre a sugestão de Socorro Leite (HABITAT), sendo acatada a sugestão da mesa. Sandro Guedes (ADEMI) sugeriu que o tempo seja bem monitorado para que a discussão não comprometa o ponto de pauta sobre a participação na Conferência. Antônio Alexandre (Poder Público) acatou

a sugestão, solicitou que todos respeitem o tempo de discussão para cada tema. Sobre as recomendações de Sônia Pereira (APEC), lembrou que é importante disponibilizar a ata em Braille. Elka Porciúncula (SINDUSCON/PE) considerou que o tempo de uma hora para a discussão da pauta inicial é insuficiente. Sandra Pires (OAB/PE) considerou que o GT POT está discutindo, mas que muitas questões não são aprofundadas. Observou que a discussão seja feita para sanar desconfortos. Antônio Alexandre (Poder Público) abriu o tempo de discussão para avaliação geral do processo de elaboração do Plano Diretor, apelando para que todos respeitem o tempo de três minutos em cada intervenção. Sandra Pires (OAB/PE) avaliou que a OAB tem tentado participar do processo, mas percebe que não se fez uma análise crítica do Plano Diretor anterior e uma apresentação de uma síntese de Diagnóstico, pois avalia que esses produtos poderiam contribuir para a elaboração de propostas. Lembrou que embora o Conselho tenha aprovado o cronograma, também foi concordado que se faria avaliação de ajustes no processo, caso fosse necessário. Socorro Leito (HABITAT) registrou a falta de João Domingos (Poder Público), responsável pela coordenação da revisão do Plano. Ressaltou que a sua presença seria muito importante para acompanhar o processo de avaliação. Fez referência às escutas por RPA, que contaram com mobilização restrita. Reforçou que devido à falta de informação e capacitação das pessoas, muitas que estavam presentes nas plenárias, não tinham conhecimento da pauta de discussão. Sobre as oficinas temáticas, não se tem retorno sobre as sugestões colocadas inclusive sobre aspectos de Diagnóstico. Avaliou a falta de capacitação tem prejudicado a compreensão das pessoas sobre o processo. O Diagnóstico em sua versão final, ainda não disponibilizado, prejudica muito o processo de discussão sobre as propostas. Comentou que a parte de discussão sobre os instrumentos não foram apresentadas enquanto produto de Diagnóstico. Sobre o processo de condução do GT POT, observou que a Prefeitura da Cidade do Recife tem resistência em negociar. Avaliou que muitos conselheiros tem clareza da dificuldade do processo, inclusive os técnicos da Prefeitura da Cidade do Recife. Sugeriu que esse processo seja retomado e repactuado, apoiando a preocupação da OAB. Cristiana Correia (CAU/PE) avalia que às vezes o GT POT se detém em discussões formais e deixa de abordar conteúdos mais importantes. Sugeriu que o Diagnóstico seja disponibilizado em sua versão final. Danielle Rocha (UFPE) concordou com a avaliação de Socorro Leite (HABITAT), considerando que o Diagnóstico seja apresentado de forma mais ampliada, como também os limites do GT POT, já que em diversas ocasiões a agenda é modificada, dificultando a participação de todos. Acrescentou a importância de disponibilizar um documento sintetizado do Diagnóstico antes de iniciar o processo de elaboração das propostas. Antônio Alexandre (Poder Público) argumentou que o processo tem condicionantes, sobretudo com relação ao prazo, que devem ser considerados. Para isso, a Prefeitura da Cidade do Recife investiu recursos em comunicação para tentar superar os limites. Explanou que podem ocorrer dificuldades no processo. Acrescentou que esses canais de comunicação devem ser expandidos. Lembrou que, ao longo das discussões ocorreram vários ajustes, tanto com o Conselho, quanto com o GT POT. Lembrou que as instâncias participativas também se referem ao Conselho da Cidade. Esclareceu que o Diagnóstico não deve ser aprovado pelo

Conselho, mas disponibilizado para conhecimento amplo, após processo de participação e contribuição. Informou que o caderno síntese de Diagnóstico está sendo elaborado e será disponibilizado. Ressaltou que o compromisso e desafio comum é entregar para a Cidade do Recife um melhor Plano Diretor, considerando os limites colocados. Daniel Valença (AMECICLO) concordou com a avaliação de Socorro Leite (HABITAT), lembrou que o Prefeito Geraldo Júlio está no cargo há seis anos e que não deveria ter ocorrido problemas no prazo. Lembrou que a grande parte dos locais onde ocorreram as oficinas não possuía bicicletário e o único que tinha, não era adequado. Ressaltou que a metodologia contribuiu para discussão particularizada do processo e que a realização do processo de escuta por RPAs foi frágil devido às grandes diferenças entres os bairros e localidades. João José da Silva (MLPC/PE) considerou que o processo foi iniciado de forma conflituosa e que a participação deve ser a mais ampla e abrangente possível. Sobre o processo de comunicação, considerou que poderiam ter utilizado mais instrumentos, como cartazes, banners em locais estratégicos da cidade. E sobre as propostas para os planos específicos, até o momento não se discutiu, como também uma avaliação do Plano Diretor anterior. Sobre a participação nas Audiências, as quais considerou tumultuadas, solicitou que a secretaria do Conselho disponibilize as atas de frequência para que se possa avaliar a participação popular. Socorro Leite (HABITAT) colocou que muitas questões faladas têm a ver com qualidade da participação. Registrou que a publicidade que está sendo dada ao processo de revisão do Plano Diretor está sendo enganosa, pois o cronograma divulgado no site, em panfletos e na entrada na Prefeitura, se refere ao meio do próximo ano e não esclarece que as leis que serão discutidas no próximo ano serão outras que se referem ao POT e não ao Plano Diretor. Disse ainda que solicitou providências ao secretário Antônio Alexandre (Poder Público) na Audiência Pública e nada foi feito. Cobrou um posicionamento sobre quando o Diagnóstico versão final será disponibilizado, qual será o prazo para elaboração de propostas, pós divulgação do Diagnóstico e as respostas das questões colocadas na Audiência Pública. João José da Silva (MLPC/PE) complementou sua fala, sobre a questão do risco de improbidade do Prefeito Geraldo Júlio. Comentou sobre estabelecer como referência um TAC que daria condições para estender o prazo, mas que isso não foi pactuado, como aconteceu em outras cidades, a exemplo de Cabo, Ipojuca, que permitiu ampliar o prazo que viabilizaria ampliar a participação dos cidadãos. Cristiana Correia (CAU/PE) reafirmou o questionamento sobre o curto tempo para se analisar os produtos gerados. Perguntou se existe um documento que trate da análise do Plano Diretor vigente. Sandra Pires (OAB/PE) complementou sua fala, considerando a qualidade dos produtos gerados. Observou que sempre haverá questionamentos, mas falta tempo hábil para ler os documentos, e isso vai minando a qualidade do processo. Enfatizou sobre a necessidade de uma análise crítica do Plano Diretor atual e um documento síntese do Diagnóstico. Avaliou que a proposta de repactuar seria o atendimento dessas duas reivindicações e que esses documentos sejam apresentados antes do período de elaboração das propostas. Sónia Pereira (APEC) gostaria de saber sobre a participação das pessoas com deficiência nessas temáticas. Sugeriu que as pessoas do segmento sejam convidadas para participar, mesmo que seja em uma reunião específica. Aconselhou

que as próximas etapas participativas sejam melhor divulgadas, pois não sabe se existem propostas para o segmento da pessoa com deficiência nesse Plano Diretor. Socorro Leite (HABITAT) perguntou sobre o cronograma previsto, o período para apresentação da síntese de Diagnóstico e da avaliação do Plano Diretor vigente. Gloria Brandão (Poder Público) se referiu às pessoas com deficiência, enfatizando a importância de o tema estar incluso no Plano Diretor. Informou que esta semana o representante do Conselho das pessoas com deficiência participou de uma reunião, sendo acertado que o Diagnóstico será apresentado em Libras e Braille. Lembrou que as propostas para as pessoas com deficiência serão mais aprofundada no processo de revisão da lei de uso e ocupação do solo e que, em termos estratégicos, o tema estará contido no Plano Diretor. Antônio Alexandre (Poder Público) retomou a palavra para responder questões mais objetivas feitas pela plenária. Informou que no próximo sábado será disponibilizado um caderno de propostas para subsidiar as próximas etapas de discussão do Plano Diretor. Informou que solicitará a disponibilização de um documento síntese do Diagnóstico. Sobre a avaliação do Plano Diretor em vigência, avalia que esse conteúdo fará parte do caderno síntese do Diagnóstico. Além da realização das audiências regionais, tem-se um prazo no ambiente virtual para apresentação de propostas. Algumas entidades têm solicitado agendas com o ICPS para realizar discussões específicas sobre temas de interesse. Sônia Pereira (APEC) sugeriu que o caderno propositivo seja encaminhado para as entidades representativas de pessoas com deficiência. Socorro Leite (HABITAT) registrou que as perguntas sobre quando o Diagnóstico final será divulgado e aprovado pelo conselho e qual será o prazo para elaboração das propostas não foram respondidas pelo secretário Antônio Alexandre (Poder Público). Sobre as devolutivas (Audiências Públicas Regionais) é inviável, pois o contexto em que o país está vivendo tem mobilizado muita gente para uma luta maior pela democracia e isso tem atrapalhado a mobilização para outros temas. Antônio Alexandre (Poder Público) colocou que não concorda que o calendário seja alterado em função da agenda nacional. Socorro Leite (HABITAT) solicitou que o Conselho se manifeste sobre o cronograma proposto para as audiências regionais. Antônio Alexandre (Poder Público) concordou em colocar para a deliberação do plenário. Inamara Melo (Poder Público) comentou que o processo de discussão do GT POT é um espaço de construção coletiva. Exemplificou que a proposta de cronograma foi apresentada sem definição e que o GT POT definiu sobre o cronograma. Sobre a proposta de adiar o calendário das escutas regionais, que seja adiado, pois poderá ser afetado pelo processo eleitoral em curso. Degenildo Trajano (PREZEIS) enfatizou que as discussões feitas no grupo não são simples, e que muitas vezes remetem-se a discussão para o Conselho. Avaliou que o processo eleitoral afetará os ânimos da plenária, sobretudo, pelo tempo de mobilização que seria no tempo do processo de discussão da eleição. Informou a pretensão de ampliar a participação da população nas próximas agendas. Antônio Alexandre (Poder Público) colocou que a agenda para essas oficinas já foi adiada três vezes e precisa ser organizada com antecedência. Encaminhou a posição de manter a proposta de calendário. Socorro Leite (HABITAT) solicita o adiamento de uma semana e Inamara Melo (Poder Público) considerou que o tempo de adiamento seja de pelo menos o do primeiro dia.

Socorro Leite (HABITAT) colocou que um dia de adiamento não atende a proposta, pois precisa de tempo para mobilizar as pessoas. Antônio Alexandre (Poder Público) colocou que no momento existem três propostas: 1) A manutenção do calendário, 2) adiamento de 1 semana, 3) adiamento das duas primeiras oficinas do dia 29.10.18. Inamara Melo (Poder Público) solicitou questão de ordem, solicitou e pediu que o secretário informe sobre os prejuízos que podem ocorrer caso as Audiências Públicas Regionais sejam adiadas. Antônio Alexandre (Poder Público) informou que as agendas já foram confirmadas com os locais acertados. Degenildo Trajano (PREZEIS) argumentou que são dois momentos de votação, sendo que o primeiro se mantém ou adia as Audiências e um segundo, no qual, o adiamento será realizado. Antônio Alexandre (Poder Público) defendeu que são três propostas já comentadas anteriormente. Colocada em votação, o resultado foi o seguinte: onze para a proposta de número um, oito para a segunda proposta, sete para a terceira proposta e uma abstenção. Danielle Rocha (UFPE) colocou que o resultado da votação gerou um desconforto, pois a plenária se mostrou dividida, uma vez que apenas 11 pessoas votaram pelo não adiamento, enquanto 15 votaram pelo adiamento (7 pelo adiamento por um dia e 8 pelo adiamento em uma semana). A condução do processo de votação, dividindo em três propostas, terminou por não retratar no resultado, o desejo da maioria pelo adiamento. Antônio Alexandre (Poder Público) colocou que a votação foi feita e deve ser respeitada. Repassou a para o tema seguinte. Leu os itens apresentados que dispõem sobre o processo de eleição da Conferência do Plano Diretor. João José da Silva (MLPC/PE) solicitou uma questão de ordem. Socorro Leite (HABITAT) informou que alguns segmentos irão se retirar da plenária por considerar a postura do secretário Antônio Alexandre (Poder Público) autoritária. Ressaltou que houve falta de sensibilidade da mesa na condução do processo de votação e que as entidades não estavam ali para apenas legitimar o processo. Daniel Valença (AMECICLO) colocou que o processo de votação não considerou que a plenária estava dividida, e que o prazo para adiamento deva ser considerado. Posteriormente, os representantes do PREZEIS, da HABITAT, da UFPE, da AMECICLO, do MLPC/PE, do CENDHEC, da União de Moradores da Vila Chico Mendes e ABES se retiraram do local. Antônio Alexandre (Poder Público) colocou que o processo foi posto em votação e foi conduzido de forma democrática. Entendeu que a postura dos representantes do movimento é que foi autoritária por não reconhecer a votação. Maurício Pina (Poder Público) se solidarizou a condução da mesa, enfatizando que a saída dos conselheiros foi antidemocrática. Sandro Guedes (ADEMI) também se solidarizou com o secretário e comentou que democracia se faz com a maioria vencedora e que a entidade a qual representa acrescenta que o resultado da votação foi soberano e democrático. Guilherme Guerra (SINDUSCON/PE) relatou que o processo foi justo e seguiu o rito. Complementou, dizendo que a maturidade democrática deve existir sempre. Elka Porciúncula (SINDUSCON/PE) observou que já presenciou vários processos onde ocorreu algo idêntico ao de hoje e repudia o que ocorreu na reunião. Acrescentou que sair no meio da atividade não é algo democrático. Sandra Pires (OAB/PE) elogiou a condução da mesa e ressaltou que houve zelo para que todos falassem. Ressaltou que votou na proposta contrária à mesa, mas não achou correta a saída dos outros conselheiros. Cristiana Correia

(CAU/PE) colocou que também se solidariza com a condução da mesa e que o processo democrático deve ser reconhecido e respeitado. Glória Brandão (Poder Público) colocou que a condução da mesa foi correta e registrou que o processo não foi autoritário, pois pessoas que são da secretaria votaram na proposta 3, que era uma proposta diferente da defendida pela mesa. Registrou que pode haver divergências e sabe do processo que o país vive. Eugênia Simões (Poder Público) registrou que o debate foi democrático e participativo, pois esse ponto não estava na pauta original e que foi acatado. Luciana Félix (Poder Público) destacou que há duas palavras de ordem em vigor, que são: o respeito e a tolerância. Considerou que essa questão deve ter a atenção de todos. Ressaltou que a eleição foi feita de forma democrática. Inamara Melo (Poder Público) enfatizou que existe um ambiente aberto para a discussão de proposta. Avaliou que se sentiu a vontade de apresentar uma terceira proposta e que não ocorreu arbitrariedade na condução do processo. Salientou que as pessoas estão abertas para aprofundar o debate. Antônio Alexandre (Poder Público) enfatizou que o processo foi democrático e de construção coletiva. Verificou que estão presentes 22 conselheiros e o quórum mínimo é de 23 conselheiros. Explanou que pelo regimento, é necessário o quórum mínimo. Informou que o material deverá ser disponibilizado brevemente para todos os conselheiros. Perguntado se o material da reunião seria apresentado aos conselheiros restantes, avaliou que essa matéria é atribuição do GT POT e que a proposta deverá ser colocada como deliberação do GT POT. Comentou que posteriormente marcará uma reunião extraordinária do Conselho da Cidade. Sem mais nada a acrescentar, eu, Maria do Socorro Cavalcanti, lavrei a presente Ata, que vai assinada pelos conselheiros presentes. Recife, 11 de outubro de 2018.

Alexandre Sávio (Poder Público - Suplente)	
Ana Cláudia Mota (Poder Público - Suplente)	
Antônio Alexandre (Poder Público - Titular)	
Cezar Lopes (Poder Público - Suplente)	
Cristiana Correia (CAU/PE - Suplente)	
Cristinalva Quintino (CENDHEC - Titular)	
Daniel Valença (AMECICLO - Suplente)	
Danielle Rocha (UFPE - Suplente)	
Degenildo Trajano (PREZEIS - Titular)	
Elka Porciúncula (SINDUSCON/PE - Titular)	

PREFEITURA DO
RECIFE

Conselho DA CIDADE DO RECIFE

Ata da 12ª Reunião Extraordinária do Conselho da Cidade do Recife

Dia 11 de outubro de 2018

Emília Avelino (Poder Público - Titular)	
Eugênia Simões (Poder Público - Titular)	
Fernando de Alcântara (Poder Público - Suplente)	
Flávio Campos (Poder Público - Suplente)	
Flávio da Silva (União dos Moradores da Vila Chico Mendes - Suplente)	
Glória Brandão (Poder Público - Suplente)	
Guilherme Guerra (SINDUSCON/PE - Suplente)	
Inamara Melo (Poder Público - Suplente)	
João José da Silva (MLPC/PE - Titular)	João José da Silva
Lorena Veloso (Poder Público - Titular)	
Luciana Félix (Poder Público - Titular)	Luciane Félix
Luciano Ferraz (Poder Público - Suplente)	
Marcela Paiva (Poder Público - Titular)	
Maurício Pina (Poder Público - Titular)	
Norah Neves (Poder Público - Titular)	
Paula Bittencourt (Poder Público - Suplente)	Paula Bittencourt
Sandra Pires (OAB/PE - Titular)	
Sandro Guedes (ADEMI - Suplente)	
Sérgio Xavier (ABES - Suplente)	Sérgio Xavier dos Santos
Socorro Leite (HABITAT - Suplente)	
Sônia Pereira (APEC - Suplente)	
Ubiratan da Silva (UNMP - Suplente)	